

A atuação da Petrobras na África durante o governo Lula

*Isadora Caminha Coutinho**

*Isadora da Silveira Steffens***

*Taís Cristóvão Martins Vieira****

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação internacional da Petrobras na África durante o governo Lula. Com a reorientação da política externa brasileira e a consolidação de um novo paradigma de política exterior – o paradigma logístico –, observamos as repercussões na política para África. Por conseguinte, concluímos que esse contexto forneceu uma base favorável para a expansão internacional da Petrobras, assim como para o aprofundamento dos laços com o continente africano durante tal período presidencial.

PALAVRAS-CHAVE: Petrobras. África. Política Externa. Paradigma Logístico. Governo Lula.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: isadoracout@gmail.com

** Mestranda do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). Graduada em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: isadorasilveirasteffens@gmail.com

*** Graduada em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: taismv@gmail.com

1 Introdução

A Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), maior empresa estatal brasileira, vem investindo na África desde os anos 1970, tendo aumentado seus investimentos em exploração e produção principalmente durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Esse governo foi marcado por uma inflexão na política externa brasileira, priorizando a diversificação de relações e a cooperação sul-sul, sem se limitar às relações com países desenvolvidos ou com parcerias estratégicas como havia ocorrido em gestões anteriores.

Assim, com a reorientação da política externa brasileira, ocorreu a consolidação de um novo paradigma de política exterior. Enquadrando-se no paradigma logístico (CERVO; BUENO, 2011), a política externa desse governo criou condições de expansão da economia nacional, tendo a África como um dos principais campos de atuação. Dessa forma, a expansão e instalação de empresas brasileiras, sobretudo a Petrobras, tiveram um papel importante nas relações com a África.

Nesse sentido, o presente artigo pretende analisar a atuação internacional da Petrobras no continente africano durante o governo Lula, dialogando com a mudança de paradigma da política externa brasileira na virada do século. Diante disso, primeiramente será abordada brevemente a política africana do Brasil desde os anos 1970 até o governo Lula, juntamente com a inserção internacional da Petrobras. Em seguida, apresentaremos a análise da política externa do governo Lula. Por fim, analisaremos como se deu a inserção da Petrobras na África ao longo do mesmo período presidencial.

2 A Política externa brasileira e a Petrobras, dos anos 1970 até Lula

A Petrobras tem uma sólida trajetória de internacionalização, desenvolvendo conhecimento na dinâmica internacional do petróleo desde os anos 1970. Nessa década, o Brasil ainda se encontrava imerso no período do “milagre econômico”, caracterizado pela expansão das atividades industriais e por elevadas taxas de crescimento. Esse período foi marcado pelo crescimento da demanda interna de petróleo, o que exigia um maior dinamismo da empresa petrolífera.

Justamente nesse contexto de crescimento da demanda ocorreram as crises do petróleo da década de 1970, gerando tensões globais devido à dependência internacional desse recurso energético. É nesse cenário em que o governo Geisel (1974-1979) coloca em prática um aprofundamento da política africana e uma expansão da Petrobras. A diplomacia do “Pragmatismo Responsável” de Geisel e do chanceler Azeredo da Silveira e seu forte discurso terceiro-mundista foi acompanhada por inversões em prospecção de novas reservas internacionais através

da Petrobras, de maneira a contornar os efeitos do choque do petróleo na economia brasileira (VISENTINI, 2010). Em 1979, após o Brasil reconhecer a independência de Angola (1975), a empresa começa a estabelecer bases sólidas no país africano (COOPETROLEO, [20--]).

Nos anos 1980, o princípio da diversificação de relações com os países desenvolvidos e o aprofundamento das relações com Pequenas Potências do Terceiro Mundo configuram a estratégia principal do Brasil (SENNES, 2013). Nesse sentido, tanto o governo Figueiredo (1979-1985) quanto o governo Sarney (1986-1989) deram continuidade a uma política externa para África. É importante destacar um relacionamento prioritário do Brasil com os países de língua portuguesa (CORTES, 2010).

Quanto à atuação da Petrobras nessa década, pesquisas científicas e tecnológicas realizadas pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (Cenpes) começam a dar resultados bastante visíveis para a empresa, como a expansão da exploração e produção em águas profundas. O reconhecimento externo deste esforço veio através de prêmios conquistados, como o maior prêmio do setor petrolífero mundial, o *Distinguished Achievement Award da Offshore Technology Conference*, em 1992 (COOPETROLEO, [20--]). Com a tecnologia disponível, foi implantada a primeira fase de produção da Bacia de Campos, fazendo com que o processo de internacionalização da empresa não fosse o foco principal do momento (IGLESIAS; COSTA, 2011).

Ao longo da década de 1990, o Cenpes continuou buscando o desenvolvimento de novas tecnologias, lançando-se ao desafio de produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas¹. Essa década representou uma enorme transformação na história da empresa, considerando que houve a extinção do monopólio e da privatização de diversas empresas ligadas com a Petrobras (COSTA; PESSALI; GONÇALVES, 2013). Foi em agosto de 1997 que a Petrobras passou a atuar em um novo cenário de competição, instituído pela Lei 9.478, que regulamentou a emenda constitucional de flexibilização do monopólio estatal do petróleo (BRASIL, 1997).

Ao mesmo tempo, os anos 1990 foram acompanhados por uma retração da política africana, com a exceção de uma breve retomada durante o governo Itamar Franco (1992-1994) que não se manteve no governo Cardoso, o qual se voltou prioritariamente para os países desenvolvidos e para parcerias seletivas, como com os países da CPLP, Nigéria e África do Sul (MIYAMOTO, 2009). No contexto dessa aproximação com a Nigéria, a Petrobras ingressou no país em 1998, centrando-se em atividades de exploração e posterior produção nas águas profundas do delta do rio Níger (NUNES, 2008).

¹ Águas ultraprofundas são aquelas abaixo de 1.000 metros de profundidade. Maiores profundidades nas quais a perfuração e a produção de petróleo ocorrem exigem o desenvolvimento de tecnologias específicas.

Finalmente, o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) faria uma reorientação da política externa brasileira, com ajustes consideráveis na agenda diplomática brasileira, que passou a privilegiar regiões e parcerias até então não valorizadas nas outras gestões. Observa-se que a execução da política externa brasileira para a África se distinguiu da prática desenvolvida pelos governos anteriores, sendo feitos esforços para a ampliação das relações com o continente africano, claramente percebido, por exemplo, no roteiro de viagens presidenciais e na reabertura ou inauguração de embaixadas (RIBEIRO, 2009).

Além disso, nesse governo a expansão e instalação de empresas brasileiras, com destaque à Petrobras, tiveram um papel importante nas relações com a África. A atuação da Petrobras no continente africano foi significativamente ampliada para além de Angola e Nigéria, chegando à Tanzânia (2004), Líbia (2005), Guiné Equatorial (2006), Moçambique (2006) e Senegal (2007). É esse período que trabalharemos mais detalhadamente nas duas seções seguintes deste artigo.

3 A política externa de Lula e o paradigma do estado logístico

O governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva foi marcado por uma inflexão na política externa. Se no governo de Fernando Henrique Cardoso prevaleceu a priorização das relações com os países desenvolvidos, limitando as relações com os países em desenvolvimento a parcerias estratégicas por meio de uma diplomacia seletiva, a política externa de Lula teria como prioridade a diversificação de parcerias e a cooperação Sul-Sul. Nesse sentido, esse novo direcionamento serviria como alicerce para a busca pelo desenvolvimento e por uma reformulação da ordem internacional no sentido de torná-la mais justa, ampliando o espaço decisório dos países em desenvolvimento (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010).

De acordo com Cervo e Bueno (2011), surgiria no final do governo Cardoso um novo paradigma de política externa, que seria consolidado por Lula: o paradigma logístico. O Estado logístico buscaria efetivar os interesses nacionais no nível externo, tomando para si uma posição ativa na elaboração de regras da ordem vigente. Esse paradigma distingue-se do desenvolvimentista, que implica em maior controle do Estado sobre as empresas, bem como do neoliberal, que dá primazia às regras de mercado, minimizando sua atuação. O Estado logístico encontra-se em um meio termo, agindo como intermediário entre o sistema internacional e atores da sociedade civil e fornecendo-os apoio e legitimação (CERVO; BUENO, 2011).

De maneira geral, pode-se afirmar que a política externa de Lula seguiu as premissas desse paradigma. A atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujos financiamentos em condições bastante favoráveis buscaram facilitar a expansão internacional de empresas brasileiras, merece

destaque nesse processo (LIMA; MELO, 2010). Pode-se notar que a intenção de colocar em prática uma política externa de apoio às empresas nacionais e visando o desenvolvimento nacional já era clara no discurso de posse de Lula:

No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos (BRASIL, 2003a, p. 9).

Dentro do paradigma de Estado Logístico, uma característica marcante do governo Lula foi o uso da diplomacia presidencial para, entre outros objetivos, promover as empresas brasileiras no exterior. Já no primeiro ano de governo, o Presidente viajou com uma comitiva de 128 empresários interessados no continente. Os investimentos diplomáticos do governo Lula correspondem ao que acontece com os investimentos externos das empresas e a maneira com que se dá seu processo de internacionalização: a América Latina aparece como área prioritária, sob a lógica de fortalecimento da base (relações com os vizinhos) como estratégia para uma inserção mais frutífera no restante do sistema internacional. A Petrobras – ao lado de empresas como Companhia Vale do Rio Doce e Odebrecht – possui um importante papel na aproximação do Brasil com países africanos, e simultaneamente sua inserção internacional foi facilitada pela diplomacia presidencial de Lula (VISENTINI, 2010).

Além da diplomacia presidencial, cujo sucesso pode ser ao menos em parte atribuído ao grande carisma de Lula, seu governo implementou diversas outras ações no sentido de aprofundamento das relações com o continente, tais como a participação em missões de paz da ONU e a concessão de créditos, e de assistências técnica e financeira (VISENTINI, 2010). Em seu discurso de posse, no primeiro mandato, Lula destacou “[...] os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades” (BRASIL, 2003a, p. 10). Essas ações buscaram construir uma imagem positiva do Brasil na África e destacar os laços culturais entre nosso país e o continente.

Para atingir esse objetivo, além da diversificação de parcerias bilaterais, diversas iniciativas multilaterais merecem destaque, tais como a criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a continuidade de relações próximas com os países da CPLP, entre outras. Também merecem destaque as parcerias entre África e América Latina – como a Cúpula América do Sul-África (ASA), os acordos entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU) e entre o Mercosul

e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – das quais o Brasil, durante o governo Lula, foi um dos principais articuladores. Os laços históricos e culturais, em especial com os países falantes da língua portuguesa, facilitaram intercâmbios em diversas áreas, especialmente mídia e educação (RIBEIRO, 2009).

A aproximação com a África possui grande significado para a projeção internacional que Lula buscou para o Brasil, isto é, uma aliança entre países do chamado “Terceiro Mundo” para que sejam colocadas em prática reformas na ordem internacional que dariam maior voz a esses países nos foros internacionais e, conseqüentemente, priorizariam o desenvolvimento e o combate à pobreza. Nesse contexto, destaca-se a cooperação via G-20 e no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), entre outros (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010).

Essa articulação entre países em desenvolvimento gera maior diversificação das relações, tanto políticas quanto econômicas, o que diminui a dependência em relação aos países desenvolvidos e permite maior autonomia e fortalecimento de uma agenda comum (VISENTINI, 2010; RIBEIRO, 2009). No discurso de sua posse, Lula já indicava as linhas gerais dessa inserção internacional: “A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado” (BRASIL, 2003a, p. 11).

Somado aos interesses políticos, as empresas brasileiras (tanto privadas quanto estatais) possuem fortes interesses no mercado africano e em possibilidades de investimento na região, pois, sem minimizar os graves problemas que persistem no continente, a África apresenta-se como um espaço de grandes oportunidades, especialmente em países que recentemente atingiram maior estabilidade política e econômica. Segundo Ribeiro (2009, p. 204), “[...] a política externa brasileira para a África, para manter coerência entre o discurso diplomático e a manutenção de seu sentido estratégico, necessita definir os vetores capazes de articular os interesses nacionais às possibilidades e aos interesses definidos pelos Estados africanos”. Nesse sentido, a área energética apresenta-se como um desses vetores.

O continente africano possui recursos naturais abundantes, oferecendo grandes possibilidades para que a Petrobras amplie suas atividades internacionais. O caráter finito desses recursos, a necessidade de diversificação e o fato de que grande parte das reservas de petróleo – africanas e brasileiras – estejam localizadas *offshore*, faz do Atlântico Sul uma região estratégica (VISENTINI, 2010) para a atuação da Petrobras, bem como, de maneira mais ampla, para a atuação do Brasil em geral e para a confecção de parcerias entre América Latina e África que possibilitem garantir a segurança na região. Além disso, a capacidade técnica e de conhecimento geocientífico em águas profundas que a Petrobras adquiriu na costa brasileira contribui para a atuação da empresa na costa oeste africana, cujas características são similares (PETROBRAS, 2008).

Cervo e Bueno (2011, p. 528) afirmam que a estratégia logística consiste nos seguintes objetivos externos: “[...] o liberalismo de mercado com regras de reciprocidade de benefícios, a expansão dos negócios no exterior pela via do comércio e da internacionalização de empresas brasileiras e, enfim, o reforço de poder para influir sobre o ordenamento global e os regimes setoriais”. Pode-se observar que o fortalecimento das relações com a África atende aos objetivos do Estado logístico, tanto no âmbito econômico – sendo uma região que oferece diversas oportunidades de investimento correspondentes aos interesses brasileiros –, como no âmbito político – se considerarmos que a cooperação Sul-Sul fortalece os países em desenvolvimento perante o sistema internacional, permitindo que eles exerçam maior influência. Assim, percebe-se que o paradigma do Estado logístico se aplica como modelo explicativo do governo Lula, especialmente no que diz respeito ao modelo de inserção econômica internacional.

4 A Petrobras na África durante o governo Lula

Conforme observado, o período do governo Lula apresentou-se como um momento propício para a expansão das empresas brasileiras no exterior, sob o paradigma do Estado logístico. A Petrobras foi bastante beneficiada por essa lógica, e, no caso da África, foi também beneficiada pelo aprofundamento e diversificação das relações com o continente. A instalação de empresas durante o governo Lula teve um papel de destaque nas relações com a África, já que foi utilizada no período como uma forma de fortalecer os laços com os países do continente. Buscaremos, aqui, fazer uma análise mais detalhada de como se deu esse incremento dos investimentos da companhia no continente.

Por meio da análise de relatórios da Petrobras entre 2005 e 2010, verificamos que desde o início do governo Lula o investimento na exploração de petróleo na África é apontado como uma das áreas prioritárias na estratégia internacional de inserção da empresa. A atuação da Petrobras no continente africano foi significativamente ampliada no continente africano, onde estava localizada na Angola e na Nigéria, para os seguintes países: Tanzânia (2004), Líbia (2005), Guiné Equatorial (2006), Moçambique (2006), e Senegal (2007). Isso vai ao encontro da política externa de Lula, que visa a diversificação de relações no continente.

A inserção da Petrobras na África, atualmente, possui seu foco na exploração e prospecção de reservas *offshore*. Nos anos 2000, a empresa passou a explorar reservas no Brasil que se encontravam em profundidades superiores a três mil metros e em alto mar. A tecnologia criada e utilizada pela empresa, com acordos comerciais nacionais e internacionais, permitiu que a Petrobras passasse de importadora para exportadora de produtos e projetos de grande intensidade tecnológica (COSTA; PESSALI; GONÇALVES, 2013).

No continente africano, a região oeste é a prioridade na inserção da Petrobras. Conforme expressa no relatório anual de 2007, sua estratégia de inserção internacional “[...] é atuar em áreas onde a tecnologia e a *expertise* técnica em águas profundas e ultraprofundas representem vantagem competitiva, como na costa oeste da África, com formação geológica similar à da costa brasileira” (PETROBRAS, 2007, p. 54, grifo do autor). Além disso, existem evidências de que poderiam existir reservas semelhantes ao pré-sal brasileiro no continente africano (IGLESIAS; COSTA, 2011). De acordo com Iglesias e Costa (2011, p. 18, grifo dos autores), a “[...] presença no continente se acentuou nos últimos anos, com o objetivo de estudar e explorar blocos *offshore*, que permitissem ganhar conhecimentos e experiências na exploração de águas profundas.”

A partir de uma análise dos investimentos da empresa brasileira na costa oeste, dois países – os principais exportadores de petróleo da África subsaariana e os primeiros onde a Petrobras investiu – merecem destaque: Angola e Nigéria. No caso do primeiro, a inserção deu-se em 1979, a convite do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e somente duas décadas depois, em 1998, a Petrobras investiria no segundo país. Com Angola, o país possui uma parceria histórica e em diversas áreas – política, econômica e cultural. Conforme apontado acima, o Brasil estabeleceu relações próximas desde a independência do país, participando de missões de paz no mesmo posteriormente. Além disso, Angola tem se destacado como principal receptor de investimento direto brasileiro no continente (VILLAS-BÔAS, 2011).

Como já afirmado anteriormente, a parceira energética com o país teve início na década de 1970. Entretanto, foi na década passada que a Petrobras iniciou um investimento mais agressivo no país africano, sobretudo em 2006, quando conquistou o direito de exploração e produção em novos blocos de petróleo (VILLAS-BÔAS, 2011). Apesar da maior parte das reservas exploradas pela Petrobras serem modestas, a companhia dispõe de um programa exploratório intenso e afirma que “[...] o país é um *hot spot* do mercado internacional de petróleo cujas reservas tendem a crescer nos próximos anos, como resultado da prospecção e exploração” (IGLESIAS; COSTA, 2011, p. 19, grifo dos autores). Atualmente, a companhia participa de licitações em novos blocos petrolíferos no país, totalizando mais quatro blocos de exploração, três como operadora e um como sócia (IGLESIAS; COSTA, 2011). De acordo com relatório anual da Petrobras, com a participação em mais quatro contratos em 2006, a companhia passou a deter seis ativos no país (PETROBRAS, 2006).

Com o outro gigante petrolífero localizado na costa oeste, a Nigéria, o Brasil também estabeleceu relações logo após a sua independência em 1960. Na década de 1970, houve um importante incremento das relações comerciais entre os países devido à crise mundial do petróleo. O país nigeriano foi o primeiro a

estabelecer contrato por *countertrade* com o Brasil, pelo qual este importava petróleo e exportava veículos, peças e outros produtos (a chamada tecnologia tropicalizada) (ATOYEBI, 2012). Por essa via, a Petrobras efetuava compras de petróleo da estatal *Nigerian National Petroleum Company*, a qual recebia o equivalente em serviços, tecnologia e bens de capital (SANTANA, 2003). Dessa forma, em 1981, o petróleo tornou-se o principal produto das exportações e importações brasileira em relação ao país africano, uma vez que importava óleo bruto e exportava gasolina refinada (ATOYEBI, 2012).

No governo de Lula, percebe-se uma maior aproximação entre Brasil e Nigéria nas relações comerciais e de cooperação. Atoyebi afirma que

Em relação ao intercâmbio comercial entre a Nigéria e o Brasil, para estimular suas relações, cerca de US\$ 84 milhões da dívida de US\$ 151 milhões do país nigeriano com o Brasil foram perdoados pelo presidente Lula quando da visita oficial quando esse fez à Nigéria em 2005, e o resto foi pago pelo governo nigeriano. O ato foi um estímulo para as relações comerciais entre os dois países (ATOYEBI, 2012, p. 22).

Em relação aos investimentos da Petrobras no país, com implantação dos projetos de Agbami e Akpo – campos gigantes no Delta do Níger – a Petrobras já havia investido nos projetos US\$ 930 milhões do total de US\$ 1,9 bilhão previsto em 2006 (PETROBRAS, 2006). De acordo com dados oficiais, “[...] a Companhia ampliou a atuação no Golfo da Guiné, fortalecendo a presença em águas profundas do oeste africano. Tendo como sócios a norueguesa *Statoil* e a nigeriana *Ask Petroleum*, a Petrobras é operadora do bloco OPL 315, com 45% de participação” (PETROBRAS, 2006, p. 54). A empresa brasileira detém uma participação de 20% de participação no projeto de Akpo e 8% nos blocos em mar de Agbami, cuja produção de petróleo começou em 2008, no qual a extração pode atingir 250 mil barris por dia, num projeto com reservas estimadas em 900 milhões de barris (THOMAS; BROCK, 2013).

Em abril de 2005, o presidente Lula visitou o país (RESENHA..., 2005a), e o então presidente nigeriano Olusegun Obasanjo retribuiu a visita no mesmo ano, em setembro (RESENHA..., 2005b). Novamente, em 2006, o presidente Lula viajou à Nigéria para a reunião de chefes de Estado e de Governo da África e da América do Sul (AFRAS) (RESENHA..., 2006). Em 2009, em nova visita do presidente nigeriano ao país, em discurso, o presidente brasileiro afirmou:

Alegria-me saber que a produção da Petrobras na Nigéria já é a segunda mais importante da empresa no exterior. Deverá tornar-se a primeira ainda este ano. O petróleo extraído pela Petrobras em território nigeriano poderá chegar a 400 mil barris diários (RESENHA..., 2009, p. 70).

Ainda na costa oeste africana, a Petrobras expandiu seus investimentos, durante o governo Lula, para a Guiné Equatorial e para o Senegal. Na Guiné Equatorial, o relatório anual da companhia aponta que foi pioneira na perfuração de um poço exploratório (PETROBRAS, 2005), no qual a companhia seria operadora da fase de desenvolvimento da produção. De acordo com Costa e Pessali (2009), em janeiro de 2006 a Petrobras conseguiu participação num contrato de partilha para exploração de petróleo no país. Já no Senegal, a sua inserção deu-se através da aquisição da empresa italiana *Edison Spa*, com 40% de participação no bloco exploratório *Rusfi que Profonde* (PETROBRAS, 2007).

Foi também no período Lula que a Petrobras iniciou seus investimentos na costa leste africana, iniciando pela Tanzânia. O país africano – com posição estratégica, próxima a grandes mercados emergentes da Ásia e porta de entrada de produtos para o interior africano – recebeu pela primeira vez uma visita oficial de um presidente brasileiro (RESENHA..., 2010). Entre os avanços observados em iniciativas bilaterais entre os governos, destacam-se a cooperação para a produção de biocombustíveis, o desenvolvimento de cooperação em favor dos setores agropecuário e de infraestrutura, além de importantes investimentos brasileiros, por meio da Petrobras (RESENHA..., 2010).

Em 2004, a empresa já havia firmado com o governo tanzaniano e com a estatal *Tanzania Petroleum Development Corporation* um contrato de exploração de dois blocos *offshore* localizados no Oceano Índico, na costa do país africano em 2005. Dessa forma, a Petrobras reforçou sua posição em uma região de fronteira exploratória na costa leste africana, de acordo com a estratégia de expansão internacional e diversificação do portfólio (PETROBRAS, 2005). De acordo com o relatório anual de atividades da companhia de 2006, a Petrobras tem 20,2 mil quilômetros quadrados em águas ultraprofundas sob concessão e operação integral no país (PETROBRAS, 2006).

Também na costa leste, a Petrobras atuou brevemente em Moçambique. As relações do Brasil com o país, apesar de estabelecidas desde a independência deste, progrediram em ritmo lento até o fim do conflito civil. Ao longo dos anos 1990, os países ensaiaram uma aproximação, que tomaria novo sentido após a eleição de Lula – o presidente visitou o país já em seu primeiro ano de governo (BRASIL, 2003b). Nesse contexto, diversas empresas brasileiras passaram a direcionar investimentos significativos para Moçambique, facilitadas pelos laços políticos e comerciais. Seguindo essa tendência, a Petrobras adquiriu, em 2006, 17% da participação no bloco *offshore* Zambezi Delta, em Moçambique (PETROBRAS, 2006). No entanto, as pesquisas feitas pela companhia foram infrutíferas, fazendo com que encerrasse suas atividades no país para concentrar seus esforços no pré-sal brasileiro (PASSARINHO, 2013). Destaca-se, todavia, a continuidade das atividades da empresa no setor de etanol do país.

Além das atividades nas costas oeste e leste, a Petrobras chega ao norte da África em 2005, com investimentos na Líbia. As relações do Brasil com os países árabes, bastante enfraquecidas na década de 1990, tomaram novo rumo com a Presidência de Lula que, em 2003, faria uma visita histórica a alguns destes países, incluindo a Líbia (BRASIL, 2003c). De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, “O Brasil é o maior parceiro comercial da Líbia na América Latina. O comércio bilateral superou US\$ 1,7 bilhão em 2008. Grandes empresas brasileiras, como a Petrobras, a Odebrecht e a Queiroz Galvão, atuam no mercado líbio” (RESENHA..., 2009, p. 187).

A Petrobras já havia entrado no país árabe na década de 1970, em áreas *onshore*. Porém, atualmente seus investimentos concentram-se em reservas *offshore*, para as quais a empresa possuiu tecnologia e conhecimento reconhecidos internacionalmente. Assim, a Petrobras obteve 70% de participação na Área 18 do Mar Mediterrâneo, associada à companhia de Papua Nova Guiné *Oil Search Limited* e com contrato de partilha de produção com a estatal *National Oil Company* (NOC) (PETROBRAS, 2005).

Dessa forma, analisando os casos de inserção da Petrobras na África, pode-se observar que nos anos do governo Lula, entre 2003 e 2010, a atuação da empresa foi consideravelmente ampliada no continente, sendo incentivada pelas ações governamentais de política externa. Notamos que nos dois países em que a empresa já estava inserida anteriormente, isto é, Angola e Nigéria, novos investimentos petrolíferos foram feitos. Além disso, a década de 2000 foi marcante no sentido da propagação da presença da Petrobras em novos países, indo ao encontro da política para a África do governo Lula.

5 Conclusões

Buscamos demonstrar, no presente artigo, as mudanças que ocorreram nos anos 2000 na política externa para a África, influenciando a atuação da Petrobras no continente. O governo Lula representou uma nova era nas relações entre Brasil e África, tendo como eixo prioritário de inserção internacional brasileira a cooperação sul-sul e buscando a diversificação de relações dentro do continente. Nesse contexto, os incentivos governamentais concedidos a empresas nacionais foram uma das maneiras encontradas para aprofundar os laços com o continente, dentro do paradigma logístico, que implica o Estado agindo como intermediário entre o sistema internacional e atores da sociedade civil e fornecendo-os apoio e legitimação (CERVO; BUENO, 2011).

A fim de que esse objetivo fosse possível, o governo brasileiro atuou como o envio de missões diplomáticas acompanhadas por comitivas empresariais e por meio do apoio financeiro do BNDES, entre outros. Além disso, o estabelecimento

de cooperações em diversas áreas – como assistência técnica e financeira e o perdão de dívidas –, serviram como base política para a inserção das empresas nacionais, tornando os países africanos, de modo geral, mais receptivos aos investimentos brasileiros. De tal forma, a atuação das empresas também contribui para o aprofundamento das relações com a África, fornecendo respaldo econômico ao discurso político. Nesse sentido, a Petrobras atuou de acordo com a base do novo paradigma de política externa ao investir em outros países, sendo o continente africano uma região prioritária.

The performance of Petrobras in Africa during the Lula administration

ABSTRACT: This paper aims to analyze the international performance of Petrobras in Africa during Lula government. Considering the reorientation of Brazilian foreign policy and the consolidation of a new paradigm of foreign policy – the logistic paradigm –, we observe the effects on policy towards Africa. Therefore, we conclude that this context provided a favorable basis for the international expansion of Petrobras, as well as for the deepening of ties with the African continent during this presidential administration

KEYWORDS: Petrobras. Africa. Foreign policy. Logistic paradigm. Lula administration.

Referências

ATOYEI, Afoluke Olabisi. *Um estudo das Relações Bilaterais entre o Brasil e a Nigéria sob a estrutura das Relações Sul-Sul*. 2012. 74 f. Dissertação (Mestrado)–Curso de Ciências, Departamento de Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 16925, 7 ago. 1997.

_____. Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República. *Pro-nunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional*. Brasília, DF: 1 jan. 2003a.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Nota nº 544: Comunicado Conjunto da Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Moçambique (5 e 6 de novembro de 2003). 17 nov. 2003b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/11/17/comunicado-conjunto-da-visita-de-estado-do>>. Acesso em: 25 maio 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Nota nº 581: Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Países Árabes (3 a 10 de dezembro de 2003). 2 dez. 2003c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/02/765638557495-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a/?searchterm=pol%C3%ADtica%20de%20imigra%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 25 maio 2014.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Inserção Global no Século XXI: a estratégia do Estado Logístico. In: _____. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília, DF: UnB, 2011. p. 525-560.

COOPETROLEO. Cooperativa de Profissionais da Indústria do Petróleo. *Anos 90 – A década da tecnologia*. [20--]. Disponível em: <<http://www.coopetroleo.com.br/pb90.htm>>. Acesso em: 19 maio 2014. Link de acesso indisponível.

CORTES, Octavio Henrique. O Contexto Bilateral. In: _____. *A política externa do governo Sarney: o início de reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia*. Brasília, DF: Funag, 2010. p. 65-175.

COSTA, Armando Dalla; PESSALI, Huáscar Fialho; GONÇALVES, Sandra Cristina Da Cunha. Petróleo Brasileiro S.A.: Uma Empresa Estatal Brasileira Internacionalizada. *Revista de Gestión Pública*, Chile, v. II, n. 1, p. 183-213, enero/jun. 2013.

COSTA, Armando Dalla; PESSALI, Huáscar Fialho. A Trajetória de Internacionalização da Petrobras na Indústria de Petróleo e Derivados. *Revista História Econômica & História de Empresas*, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 5-32, jun. 2009.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Soares; PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, 2010.

IGLESIAS, Roberto Magno; COSTA, Katarina. *Texto Cindes n. 27: O investimento direto brasileiro na África*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), 2011.

LIMA, Marcos Ferreira da Costa; MELO, Vico Dênis Sousa de. Revalorização do Lugar da África: Política de Desenvolvimento e as Relações Sul-Sul no Governo Lula da Silva. *Século XXI*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 127-155, jan./dez. 2010.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 52, n. 2, p. 22-42, 2009.

RESENHA de política exterior do brasil. Brasília, DF: MRE, n. 96, 1. sem. 2005a.

_____. Brasília, DF: MRE, n. 97, 2. sem. 2005b.

_____. Brasília, DF: MRE, n. 99, 2. sem. 2006.

_____. Brasília, DF: MRE, n. 104, 1. sem. 2009.

_____. Brasília, DF: MRE, n. 107, 2. sem. 2010.

NUNES, Vivian Pereira. Petrobras também investe nas águas profundas no Delta do Rio Níger. Rio de Janeiro: *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 fev. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/petrobras-tambem-investe-nas-aguas-profundas-no-delta-do-rio-niger-3626203>>. Acesso em: 25 maio 2014.

PASSARINHO, Sandra. Petrobras fecha empresas para potencializar exploração do pré-sal. *Jornal da Globo*, São Paulo, 5 nov. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/11/petrobras-fecha-empresas-para-potencializar-exploracao-do-pre-sal.html>>. Acesso em: 25 maio 2014.

PETROBRAS. *Relatório Anual 2005*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2005.

_____. *Relatório Anual 2006*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2006.

_____. *Relatório Anual 2007*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007.

_____. *Relatório Anual 2008*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2008.

_____. *Relatório Anual 2009*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2009.

_____. *Relatório Anual 2010*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2010.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. A política africana do governo Lula (2003-2006). *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 185-209, 2009.

SANTANA, Ivo de. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 46, n. 2, p. 113-137, 2003.

SENNES, Ricardo. *As mudanças na política externa brasileira nos anos 1980: uma potência média recém industrializada*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

THOMAS, Denny; BROCK, Joe. Petrobras said to auction \$5 billion of Nigeria oil assets. *Reuters*, Hong Kong/Abuja, 27 Mar. 2013. Disponível em: <<http://uk.reuters>.

com/article/2013/03/27/uk-petrobras-nigeria-idUKBRE92Q0BB20130327>. Acesso em: 28 maio 2014.

VILLAS-BÔAS, Júlia Covre. *A atuação das empresas brasileiras na África no governo Lula*. 2011. 57 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)–Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. South South Cooperation, Prestige Diplomacy or “Soft Imperialism”? Lula’s Government’s Brazil-Africa Relations. *Século XXI*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./dez. 2010.

